

**PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 01.09/2021.**

**ORIGEM: EXECUTIVO MUNICIPAL**

Acrescenta o tributo Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - CIP na Lei Orgânica de Progresso, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial com fulcro no Art. 35, Inciso II, FAZ SABER, que a **CÂMARA DE VEREADORES DE PROGRESSO**, Estado do Rio Grande do Sul, aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal:

**Art. 1º** - Acrescenta o tributo Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - CIP ao Art. 74 da Lei Orgânica Municipal, nos seguintes termos:

**"Art. 74 - ...**

**...**

**IV - Contribuição para Custeio da Iluminação Pública."**

**NR...**

**Art. 2º** - Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO,  
Em 22 de setembro de 2021.

**PAULO GILBERTO SCHMITT**  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Secretário de Administração e Planejamento

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 2658.09/2021.  
AO PROJETO DE LEI DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01.09/2021.

Senhor Presidente e  
Senhores Vereadores:

Encaminhamos a essa egrégia Câmara de Vereadores a inclusa Proposta de Emenda à Lei Orgânica que tem por finalidade acrescentar o tributo Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - CIP ao Art. 74 da Lei Orgânica Municipal, posto que, desde a edição da Emenda Constitucional nº 39/2002, que acrescentou o Art. 149-A na Constituição Federal, houve alteração na listagem dos tributos que os Município estão autorizados constitucionalmente a lançamento e cobrança.

Ocorre que, desde tal Emenda Constitucional, a respectiva alteração na Lei Orgânica Municipal incluindo a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública está pendente. Sendo assim, por uma questão de técnica legislativa e de adequação da legislação Municipal àquelas determinações constitucionais é que se encaminha o presente Projeto de Emenda à Lei Orgânica, para fazer constar nela o tributo em questão no elenco dos tributos municipais listados na lei máxima local.

Frisa-se que o presente projeto de Emenda à Lei Orgânica, portanto, é de importância ao Município pelo aspecto formal, e, desde já, requer-se seja a mesma apreciada na forma regimental.

Por essas razões, ainda que de forma resumida aqui destacadas, dentre outras tantas que poderiam ser listadas, as quais inequivocamente justificam a proposta de Lei que segue, que, contando com sua costumeira atenta análise e autônoma deliberação desta egrégia câmara, esperamos ver a matéria devidamente aprovada.

Certos da colaboração dos Nobres Edis, desde já renovamos nossos mais sinceros votos de estima e consideração e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

**PAULO GILBERTO SCHMITT**  
Prefeito Municipal